

INSURGÊNCIA NO NORDESTE DA ÍNDIA

Getúlio Alves de Almeida Neto¹

João Mateus Rodrigues²

Lara Santinelo³

Isadora Cordeiro da Silveira⁴

Juliana Haniu⁵

Gabriel Souza Araujo⁶

Giovanna Amaral Vargas⁷



Fonte: Khandelwal (2022).

¹ Mestre em Relações pelo Programa de Pós-Graduação 'San Tiago Dantas' (Unesp, Unicamp, PUC-SP). Pesquisador do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES). Contato: getulio.neto@unesp.br

² Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP-FCHS). Pesquisador do Observatório de Conflitos do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (OC-GEDES). Contato: costa.dora@unesp.br

³ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP-FCHS). Pesquisadora do Observatório de Conflitos do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (OC-GEDES). Contato: lara.rael@unesp.br

⁴ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP-FCHS). Pesquisador do Observatório de Conflitos do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (OC-GEDES). Contato: isadora.cordeiro@unesp.br

⁵ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP-FCHS). Pesquisador do Observatório de Conflitos do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (OC-GEDES). Contato: juliana.haniu@unesp.br

⁶ Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP-FCHS). Pesquisador do Observatório de Conflitos do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (OC-GEDES). Contato: gabriel.s.araujo@unesp.br

⁷ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP-FCHS). Pesquisador do Observatório de Conflitos do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (OC-GEDES). Contato: g.vargas@unesp.br

A geografia indiana é marcada pelo ‘Corredor Siliguri’, uma estreita faixa de terra de aproximadamente 21 quilômetros de extensão no sentido norte-sul, que conecta o que se convencionou chamar de Nordeste da Índia ao restante do país. Conforme Bhardwaj (2016), essa região, localizada entre o Tibete, Mianmar, Bangladesh, Butão e Nepal, foi território dos reinos de Manipur e Ahom até meados do século XIX, quando houve a invasão birmanesa que levou à eclosão da Primeira Guerra Anglo-Birmanesa (1824-1826). A vitória britânica na guerra garantiu o controle destes sobre a região através do Tratado de Yandabo (1826). Após a independência indiana, em 1947, iniciou-se um processo de incorporação desses territórios ao novo Estado indiano. Dessa forma, o Nordeste da Índia conta com atualmente oito Estados: Assam, Manipur e Tripura se juntaram ao país em 1949. Na sequência, houve a criação dos Estados de Nagaland (1963); Meghalaya (1972); Sikkim (1975); Mizoram (1982); e Arunachal Pradesh (1987).

Desde os anos 1950, a região é palco de movimentos insurgentes contra o governo central. De fato, em resposta ao início da primeira rebelião do povo Naga, nas colinas do Estado de Assam, o governo indiano estabeleceu o “Armed Forces Special Powers Act (AFSPA)”, em 1958, para reprimi-la. Desde então, o AFSPA recebeu emendas para possibilitar às autoridades civis locais solicitar o envio de tropas das forças armadas indianas sempre que a região for designada como “área de distúrbios”, que assim é definida de forma frequente sem a devida justificativa (BARUAH, 2020). Por meio deste instrumento, o Estado indiano possui prerrogativa legal para utilizar de seu aparato militar dentro de seu território que, segundo o relatório do Conselho de Direitos Humanos da Organização Nações Unidas sobre missão enviada à Índia apresentada em Assembleia Geral em 2013, é provido de poderes que “são na realidade mais abrangentes do que aqueles permitidos dentro de um estado de insurgência, já que o direito à vida pode efetivamente ser suspenso sob a Lei e as garantias aplicadas em um estado de emergência são ausentes” (HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2013, p. 6-7, tradução nossa).

Em comum, tais movimentos se destacam pela diversidade étnica, religiosa, cultural e linguística, resultante de um processo de organização tribal da população dentro dos seus territórios e consequência do processo de descolonização. Segundo Bhardwaj (2016), as insurgências no Nordeste da Índia possuem, em linhas gerais, uma série de elementos explicativos. Em primeiro lugar, trata-se da região mais multiétnica dentro da Índia, com 213 grupos dentre os 645 listados oficialmente pela Pesquisa Antropológica da Índia. Em segundo lugar, a região é geograficamente afastada da porção principal do Estado indiano e possui uma infraestrutura menos desenvolvida, recebendo menos

estímulos econômicos por parte do governo central e possuindo baixa representação política, o que se traduz em um maior sentimento de isolamento e exploração. Um terceiro aspecto levantado pelo autor é a mudança demográfica na região, em especial devido ao influxo de imigrantes do antigo Paquistão Oriental – atual Bangladesh – na região de Assam, o que levou ao surgimento de movimento anti-imigração e a formação da ULFA (United Liberation Front of Assom), em 1979. Devido ao conflito interétnico, há também um grande número de deslocados internos, o que contribui para o aumento da instabilidade regional. Ainda segundo o autor, entre 1990 e 2011, mais de 800 mil pessoas foram forçadas a deixarem suas casas na divisa entre Assam e Meghalaya e em Tripura. Além disso, estes conflitos são marcados pelo transbordamento na região, com diversos atores envolvidos e com implicações para as relações da Índia com seus vizinhos. Sobretudo entre os anos 1960 e 1980, houve um forte apoio externo aos movimentos insurgentes por parte do então Paquistão Oriental e da China. Por fim, a própria repressão gerada pelo acionamento do AFSPA contribui para um maior sentimento de isolamento da região que possivelmente pode fomentar revoltas locais.

No cenário mais recente, o nível de violência deflagrada entre os grupos insurgentes e o governo central indiano reduziu-se drasticamente. Em 2015, o governo indiano assinou um acordo de paz com uma das facções do grupo separatista National Socialist Council of Nagaland (NSCN-IM), cujos detalhes não foram divulgados (INDIA..., 2015). Não obstante, Bhardawaj (2016) ressalta que os descontentamentos permanecem. De fato, em 2011 deu-se início às negociações que em 2015 culminaram no estabelecimento de uma organização que reuniu nove grupos⁸ insurgentes do Nordeste Indiano e de Mianmar, sob o nome de United National Liberation Front of South West Asia (UNLFSWA), com objetivo de conseguir a independência completa da região. No mesmo ano em que o acordo com o NSCN foi assinado, integrantes do UNLFSWA realizaram uma emboscada contra tropas indianas que resultou na morte de 18 soldados no Estado de Manipur. Como retaliação, o governo de Nova Déli realizou uma operação no território de Mianmar – com cujo governo possui um acordo que possibilita o envio do fluxo mútuo de tropas para atuarem contra grupos considerados terroristas – e alegou

⁸ Segundo o Uppsala Data Conflict Program, compunham a organização, em 2018, os seguintes grupos: Exército Nacional de Libertação de Garo (GNLA), Conselho Democrático do Povo de Karbri Longri (PCDK) – desativado em 2021 –, Frente Unida de Libertação Nacional (UNLF), PREPAK, Partido Comunista Kangleipak (KCP), Kanglei Yawol Kanna Lup (KYKL), Conselho Nacional Socialista de Nagaland – Facção Khaplang (NSCN-K), a facção Independente da Frente Unida de Libertação de Assam (ULFA-I), a Organização de Libertação Kamatapur (KLO) e a facção Songbijit do Nacional Democrata Frente do Bodoland (NDFB-S).

ter matado até 50 integrantes da facção NSCN-K, que não integra o acordo de paz com o governo central indiano (BHAUMIK, 2015). Em dezembro de 2021, 14 civis foram mortos após ação de forças indianas em Nagaland em uma operação que buscava localizar insurgentes na região (YASIR; KUMAR, 2021).

Os diferentes movimentos insurgentes, embora conectados entre si – e, portanto, não passíveis de serem totalmente desvinculados um do outro –, também possuem características próprias que merecem um recorte analítico. Dessa forma, abordar todos os seus aspectos seria uma tarefa de maior complexidade e que deve, por si só, constituir um tema de pesquisa. Nesta edição do Dossiê de Conflitos Contemporâneos, portanto, nos ocupamos de analisar brevemente dois movimentos separatistas no Nordeste Indiano, de forma individualizada, com o intuito de possibilitar ao leitor uma melhor compreensão dos atores, motivos e desenvolvimento destes conflitos. Nesse sentido, abordamos a seguir as especificidades dos casos em Nagaland e, em seguida, em Assam. Se considerados somente estes dois estados indianos, contabilizam-se 1.679 mortes decorrentes dos conflitos entre 1989 e 2021 (1175 em Assam e 503 em Nagaland), segundo o Uppsala Conflict Data Program (UCDP, [2022a]; [2022b]).

Insurgência em Nagaland

O estado de Nagaland constitui uma das 28 unidades federativas (Estados) da Índia, incorporado pela união em dezembro de 1963, tornando-se o décimo sexto estado indiano. A região é composta por 16 tribos de características sociais e culturais diferentes. Durante sua constituição e a ocupação do governo britânico, a região passou a ser administrada por tropas militares. Com isso, o neocolonialismo imposto em diversas nações, unificou diferentes tribos e diferentes questões sociais. A partir disso, a ocupação britânica na região pautou-se por conflitos entre as tropas britânicas e as diversas tribos da região.

No pós-Segunda Guerra Mundial, a região de Nagaland passou por uma grande modificação em sua estrutura geográfica, com a saída das tropas inglesas e início do processo de independência da Índia. Diante disso, e com formações passadas, foi criado um movimento nacionalista do povo naga, que apesar de não ter uma identidade nacional em comum passou a iniciar uma busca por um nacionalismo religioso. A partir disso, em 1945 criou-se a organização política denominada Conselho Nacional de Naga (Naga National Council – NNC), que em seu início solicitou apenas soberania perante o Estado

de Naga mas que no processo revolucionário exigiu a separação do estado perante a Índia (BHATIA, 2004).

A partir do início do processo de descolonização indiano, diversas tribos contrárias a tal processo iniciaram diversas reivindicações, lutas e protestos em busca de autonomia para alguns territórios inseridos em Nagaland. Com isso, como forma de conter o expoente revolucionário e os incidentes violentos, o governo da Índia promoveu parte da região de colinas de Naga como uma região autônoma, sendo denominada Naga Hills Tuensang Area (NHTA). Porém, apesar do processo revolucionário, o Estado indiano, por meio de acordos com os separatistas e líderes da Convenção do Povo Naga (NPC), reconheceu a formação de Nagaland como um estado de pleno direito dentro da União da Índia (BHATIA, 2004).

Vale ressaltar que a identidade nacional do povo de Nagaland provém em particular de sua religião, já que, atualmente, cerca de 98% da população segue o cristianismo, enquanto a maioria da população indiana é hinduísta. A diferenciação provém do século XIX, no qual a missão Batista Americana de Naga passou a ter maior acesso às regiões indianas e em particular ao Estado de Nagaland.

O início do conflito na região se dá em parte pela divergência cultural e religiosa. Segundo Namrata Goswami, especialista em assuntos internacionais e conflitos étnicos, “O Conselho Nacional Naga (NNC), o grupo líder que forneceu a liderança para a insurgência, declarou sua demanda política como a secessão das áreas Naga da Índia, formando um estado soberano Naga separado.” (GOSWAMI, 2014, p. 43). A partir disso, parte extremista do movimento dentro da NNC formou o Governo Federal de Nagaland (FGN), que excluiu o exército de Naga de suas deliberações e levou o governo indiano a considerar o movimento como insurgente.

As principais reivindicações do movimento insurgente, levantados pelo NNC em apoio à independência Naga em 1951, são: 1) desenvolvimento da sua própria cultura sem interferência, pois os nagas eram culturalmente distintos dos indianos e viviam em um país que nunca teve qualquer ligação política ou emocional com a Índia; 2) desenvolvimento do seu próprio sistema educacional, baseado em seu sistema universitário autoprojeto; 3) garantia de que suas terras fiquem com seu próprio povo; 4) salvaguarda da sua organização comunitária, a sua cultura, e a propriedade da sua terra; e, por fim, 5) a rejeição de classes, religiões e distinções de casta (GOSWAMI, 2014).

Desde o seu início em 1963, o fogo cruzado entre o Estado indiano e os insurgentes de Naga (NNC) ficou marcado pelo grande número de baixas entre os combatentes e a população local. Com isso, em decorrência dos inúmeros ocorridos no Estado indiano, desde a emancipação do Estado de Bangladesh, o governo indiano propôs ao NNC o Acordo de Paz de Shillong, celebrado em 1975. Porém, tal processo tornou-se falho, aumentou a repressão e dividiu o movimento separatista, dando origem ao Conselho Nacional Socialista de Nagaland (NSCN) em 1980, tornando-se esta uma data emblemática para a cronologia do conflito. O novo grupo discordou da rendição e rejeitou o Acordo. Nesse sentido, pode-se afirmar que NSCN tem caráter mais incisivo do que seu antecessor, pretendendo construir uma “Grande Nagaland” e lutando de maneira armada em nome de Cristo, por uma Nagaland livre (UCDP, [2022a]).

Tendo isso em vista, é importante ressaltar que esse território visado para uma “Grande Nagaland”, vai além do próprio estado, e incorporaria parte dos estados Assam, Manipur, Arunachal Pradesh e até mesmo partes do território de Mianmar. Na concepção do NSCN, a demanda não seria secessionista, já que as áreas dos Naga nunca foram de fato parte da União Indiana, o que se contrapõe ao discurso do governo, que percebe essa manifestação como forma de violar a integridade territorial (UCDP, [2022a]).

Outro acontecimento importante foi uma divisão dentro do próprio Conselho, que em 1988 se desmembrou em duas facções, a NSCN-K, sob liderança da SS Khaplang, e a facção NSCN-IM, liderada por Isaac Chisi Swu e Thuingaleng Muivah, militar e politicamente dominantes. Os combates entre ambas e contra o governo impactam os próprios insurgentes, e inclusive os civis. Além disso, a expansão do conflito se dá por toda a região, tanto pelo lado que apoia e treina o Conselho, entre eles Bangladesh, Tailândia, e principalmente o Paquistão, quanto aquele que o contraria, notadamente por ações fronteiriças com o Mianmar, guiadas pelo governo indiano, que levou a um conflito entre Mianmar e NSCN-K, segundo informe do Uppsala Conflict Data Program (UCDP, [2022a]).

Logo, com a presença constante do conflito no país e a iminência constante de ataques violentos, a busca por negociar e alcançar uma solução também se estende desde a década de 90. As negociações tiveram início informal em 1995, em que o primeiro-ministro e o NSCN-IM reuniram-se, mas somente em 1997, por uma junção de fatores, como a prisão de algumas lideranças, o combate fronteiriço contra o grupo e ainda o fortalecimento de Khaplang, é que as conversações ganharam maior formalidade. Não

houve grandes acordos, exceto por um curto cessar-fogo, repetido em 2000 com a outra facção, ainda que ambos tenham sido prorrogados em alguns momentos (UCDP, [2022a])

Já em 2003, um fato bastante celebrado foi que Isaac e Muivah visitaram a Índia pela primeira vez em anos. Porém, várias rodadas de negociação se seguiram, na Índia, em Amsterdã e na Tailândia, sem que o governo e o conselho atendessem às demandas ou abrissem grandes concessões pela paz. Finalmente, em agosto de 2015, foi assinado um acordo de paz entre o NSCN-IM e o governo indiano, ficando de fora o braço NSCN-K. Entretanto, verificar o cumprimento ou não dele não é possível, pois as disposições foram mantidas secretamente entre as partes (UCDP, [2022a]). Conclusivamente, o conflito é complexo, envolve vários atores, não tem a perspectiva de um fim próximo e continua latente. Em relação aos mortos, segundo o UCDP, de 1991 até 2019, o número de óbitos foi de 504, sem que haja total precisão.

Insurgência em Assam

O conflito em Assam é caracterizado como intraestatal com envolvimento estrangeiro e corresponde a um movimento separatista, cujos principais atores são a ULFA (Frente Unida de Libertação de Assam) e o governo indiano. De acordo com os dados retirados do UCDP ([2022b]), o número total de óbitos resultantes do conflito é de aproximadamente 1175, contabilizados entre 1989 e 2016. A ULFA foi criada pelos rebeldes que nunca consideraram Assam como uma parte legítima da Índia. Todavia, a demanda pela independência dessa região sempre fora negada em negociações do grupo com o governo indiano. Essa insurgência teve em seu cerne um movimento antiestrangeiro, que surgiu do fluxo de imigrantes ilegais do Paquistão Oriental – atual Bangladesh – na região de Assam. Dessa maneira, a ULFA surgiu em 7 de abril de 1979 em apoio à campanha antiestrangeira de outros grupos assameses. Apesar de proporem a independência de Assam com relação à Índia, representantes da ULFA não se identificam como membros de um movimento de secessão, mas de libertação.

Ainda de acordo com o UCDP, a campanha militar da ULFA foi lançada em 1983, mas apenas em 1990 foi atingido o nível de conflito armado. Nessa mesma década, o governo da Índia lançou operações militares de contrainsurgência, ao mesmo tempo em que tentou negociações com os membros do grupo, as quais resultaram na rendição de aproximadamente 4.000 insurgentes em troca de anistia. Não obstante, parte do grupo persistiu na luta armada.

Devido ao sucesso do governo indiano frente à luta contra a ULFA, os rebeldes foram obrigados a dar continuidade ao movimento a partir de países vizinhos. Nesse sentido, o governo da Índia acusou países como Bangladesh, Mianmar e Butão de negligenciar as bases operacionais em seus territórios, ajudando os revoltosos, apesar da dificuldade de provar essa assistência. Além disso, o Paquistão também nega envolvimento com a ULFA, apesar da ligação entre o grupo e a Inteligência Inter-Serviços do Paquistão. Ademais, outros grupos insurgentes indianos atuaram como partidos secundários em apoio à Frente Unida de Libertação de Assam, tais como o NSCN (Conselho Nacional Socialista de Nagaland) e o NDFB (Frente Democrática Nacional para Bodoland).

Como consequência das proporções que o conflito havia tomado, o governo da Índia negociou com Bangladesh, Mianmar e Butão um acordo de contenção das atividades da ULFA, o que a forçou a mudar suas bases. Outrossim, algumas negociações aconteceram a partir de 2004, quando a ULFA passou a reivindicar apenas a soberania de Assam. No mesmo ano, o governo propôs um cessar-fogo, o qual foi recusado pelo grupo, que reivindicou um referendo para a questão da independência.

Com a falha da resolução do conflito, outras tentativas foram trabalhadas. Enquanto a ULFA exigia que as negociações fossem supervisionadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), fora da Índia, e focassem na questão da soberania de Assam, o governo indiano, por outro lado, estabeleceu a rendição da Frente Unida de Libertação de Assam como um pré-requisito para as negociações, além de discordar a respeito da presença da ONU, o que, na sua visão, infringiria a sua soberania.

Segundo o UCDP, em 2010, em razão de uma mudança de postura do governo indiano frente aos pré-requisitos para as negociações, a questão da soberania de Assam parecia ter sido facilitada. De fato, em 2011, as primeiras rodadas oficiais de negociações foram realizadas. A partir de então, e em meio a conflitos, os acordos foram mantidos por ambas as partes, as quais não conseguiram, ainda, formalizar um acordo de paz. Durante as negociações, o comandante-em-chefe do grupo separou-se e criou a *ULFA-Independent* (ULFA-I), sendo este último um membro fundador de um grupo guarda-chuva do nordeste da Índia e de Mianmar, o UNLFWSA.

REFERÊNCIAS

BARUAH, Sanjib. **In the Name the Nation**: India and its Northeast. Stanford, California: Stand University Press. 2020.

BHARDWAJ, Kulbushan. *Insurgency in North East India. Genesis and Prognosis.* **The United Service Institution of India**, 2016. Disponível em: <https://usiofindia.org/publication/usi-journal/insurgency-in-north-east-india-genesis-and-prognosis/>. Acesso em: 03 maio 2022.

BHATIA, Aparna. **Nagaland State Human Development Report 2004.** 1st ed. Department of Planning & Coordination Government of Nagaland, 2004. Disponível em: http://cq-publish.dev.undp.org/content/dam/india/docs/state_human_develop_report_nagaland_full_report_2008.pdf. Acesso em: 21 março 2022

BHAUMIK, Subir. Indian troops cross into Myanmar to attack rebel bases. **Al Jazeera**. 10 jun. 2015. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2015/6/10/indian-troops-cross-into-myanmar-to-attack-rebel-bases>. Acesso em: 03 maio 2022.

GOSWAMI, Namrata. **Indian National Security and Counter-Insurgency: The use of force vs non-violent response.** London: Routledge, 2014.

HUMAN RIGHTS COUNCIL. **UN General Assembly.** Report of the Special Rapporteur on Extrajudicial, Summary or Arbitrary Executions, Addendum: Mission to India, Human Rights Council, 23rd. Sess., item 3, April 26, 2013. UN Doc. A/HRC/23/47/Add.1, 7, Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/51b98e624.html>. Acesso em: 03 maio 2022.

INDIA signs peace agreement with Naga separatists. **Al Jazeera America**. Aug. 3, 2015. Disponível em: <http://america.aljazeera.com/articles/2015/8/3/india-signs-peace-agreement-with-naga-separatists.html>. Acesso em: 03 maio 2022.

KHANDELWAL, Saumya. A banner criticizing the Armed Forces Special Powers Act in Dimapur, India. Recent killings prompted protests and scrutiny of the 1950s-era measure. **1 fotografia.** New York Times, 23 jan. 2022. Disponível em: https://static01.nyt.com/images/2022/01/23/world/00india-militarization-11/merlin_199880454_d0b5be1f-d17c-4aa5-a022-7574a35873e3-superJumbo.jpg?quality=75&auto=webp. Acesso em: 13 junho 2022.

UCDP. India: Assam, [2022b]. Disponível em: <https://ucdp.uu.se/conflict/365>. Acesso em: 03 maio 2022.

UCDP. India: Nagaland, [2022a]. Disponível em: <https://ucdp.uu.se/conflict/251>. Acesso em: 03 maio 2022.

YASIR, Sameer; KUMAR; Hari. Anger Spreads in Northeastern India After Security Forces Kill 14 Civilians. **The New York Times**. Dec. 5, 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/12/05/world/asia/india-northeast-nagaland-civilians.html>. Acesso em: 03 maio 2022.